

DIEx nº 58-SAGEF/CCIEx
EB: 64466.010899/2019-01

Brasília, DF, 11 de fevereiro de 2019.

Do Subchefe do Centro de Controle Interno do Exército

Ao Sr. Chefe da 5ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército

Assunto: acompanhamento de recomendações oriundas de Pareceres de Auditoria do CCIEx -
resposta

Referência: DIEx nº 47-DE/SAF/5ª ICFEx, de 1º FEV 19

1. Em atenção ao documento referenciado, informo a V. Sa. o que se segue:

a. Em relação à sindicância instaurada por meio da Portaria [REDACTED] 18, que tem o objetivo atender às recomendações deste Centro de Controle Interno, contidas no Parecer de Auditoria nº 011-2018/SAGEF/CCIEx, essa Inspeção deverá continuar diligenciando [REDACTED], a fim de se obter o encerramento do referido processo.

b. Quanto à sindicância a ser instaurada por recomendação do Parecer de Auditoria nº 13-2018/SAGEF/CCIEx, ressalta-se que tal processo tem por finalidade conceder o direito ao contraditório e à ampla defesa àqueles agentes que, inicialmente, deram causa às irregularidades constantes do citado Parecer. Nesse caso, recomenda-se que o [REDACTED] dê continuidade ao referido processo administrativo, independentemente do Inquérito Policial Militar (IPM) solicitado pela Procuradoria da Justiça Militar em Curitiba, tendo em vista que tal procedimento é exigido para a elisão do dano, conforme prevê a Portaria Nº 1.324, de 4 de outubro de 2017.

2. Cabe esclarecer que os procedimentos abordados no item “b.” do nº “1.” acima, compõem instâncias distintas. Enquanto à sindicância busca reparar o dano, na esfera administrativa, o IPM, como regra geral, visa a verificar se a ação do gestor está associada a crime tipificado no Código Penal Militar.

Por ordem do Chefe do Centro de Controle Interno do Exército.